



**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA:  
ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-  
CEDUP DE JOINVILLE (SC).**

**Andrea Machado Lopes**

Pós-graduanda de Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica.

[andrea.girassol@gmail.com](mailto:andrea.girassol@gmail.com)

**Micheline Sartori**

Mestre em Turismo e Hotelaria

[micheline.sartori@ifsc.edu.br](mailto:micheline.sartori@ifsc.edu.br)

**RESUMO**

O presente artigo teve por tema a educação ambiental nas organizações públicas. A relevância em discutir sobre esse tema está na necessidade de conhecer as ações voltadas à Educação Ambiental desenvolvidas pela gestão do Centro de Educação Profissional - CEDUP de Joinville (SC), para que seja possível analisá-las e auxiliar no planejamento de uma gestão sustentável. Sobre o aspecto metodológico, a pesquisa se caracterizou como, descritiva, com o aporte em um estudo de caso. A amostra para coleta de dados foi não probabilística por tipicidade, pois o entrevistado foi escolhido de acordo com a representatividade do cargo. Para dados primários foi aplicado um questionário ao Diretor Pedagógico da escola, realizada observação participante e identificação das ações sobre Educação Ambiental desenvolvidas na referida instituição. Os principais resultados indicaram que na escola há questões que não estão alinhadas com aspectos de consciência e educação ambiental, tais como: desperdício e água e energia, não reciclagem de materiais e resíduos. Nesse sentido a Instituição desenvolveu uma única ação voltada à questão em 2018, intitulada: Projeto Horta. Verificou-se a necessidade de desenvolvimento de projetos sobre Educação Ambiental na instituição, observando estruturas e propostas, em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental, a fim de contribuir para uma formação integral dos alunos.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Gestão Pública. Escola.

**ABSTRACT**

This article relates to the environmental education in public schools. The present discussion aimed at knowing the environmental education actions developed at CEDUP (Center for Professional Education), in Joinville, SC, Brazil, for analyzing and assisting future sustainable management planning. Regarding the methodological aspect, this is a descriptive case study. The instruments and methods used for data collection were a questionnaire applied to the school's pedagogical director and a participant observation for the identification of the institution environmental education actions. The main results indicate that some institution issues are not in line with aspects of environmental awareness and education, such as water and energy waste and the non-recycling of materials. In this sense, the institution developed a single action, in 2018, entitled Horta Project. Therefore, there is a



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

Especialização em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica

need to develop projects on environmental education in the institution in line with the Brazilian Environmental Education National Policy, contributing to the integral formation of students.

**Keywords:** Environmental Education. Public administration. School.



## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Oli Agostinho (2016), em sua obra *O consumo na sociedade moderna: consequências jurídicas e ambientais*, a qual ensina que o homem contemporâneo está inserido em uma sociedade que valoriza o consumo em detrimento da natureza. Essa postura tem trazido efeitos drásticos ao planeta como: poluição ambiental e desigualdade social.

Como contraponto percebe-se um movimento em âmbito global em busca de um desenvolvimento mais sustentável para modificar ações e transformar o habitat do homem. Nesse contexto está a educação ambiental que pode auxiliar a sociedade a buscar o equilíbrio entre o modo de vida contemporâneo e o respeito ao meio ambiente. Como elemento de mudança de comportamento pode-se citar o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que foi criado a partir de consultas em todo o mundo e gerado durante a Jornada Internacional de educação ambiental, durante o Fórum Global paralelo à Rio-92. Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º:

“Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Neste contexto, evidencia-se a importância de que as instituições de ensino públicas desenvolvam projetos de educação ambiental no sentido contribuir para a mudança, buscando maior equilíbrio entre a natureza e a sociedade e dando início a um desenvolvimento mais sustentável. Modificar as ações e transformar o habitat natural pode ser a solução para tanta destruição e consumismo desenfreado, por meio de uma gestão escolar que possibilite inovar os recursos disponíveis que possui.

Segundo Ferreira (2003), o conceito de sustentabilidade equivale à ideia de manutenção de nosso sistema de suporte de vida, ou seja, trata-se do que é biofisicamente possível numa perspectiva de longo prazo.



Considerando esses aspectos, é possível inovar com a aplicabilidade desses conceitos na comunidade escolar promovendo a gestão sustentável nas instituições de ensino em consonância com o que prevê a Lei n. 9.795/99 no que se refere ao envolvimento e a promoção de processos pedagógicos que favoreçam a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a conquista da sustentabilidade socioambiental e a melhoria da qualidade de vida.

Por meio das escolas é possível se trabalhar os conceitos de sustentabilidade e disseminá-los não somente em ações internas, mas também para a comunidade, como uma gestão para melhor utilização de recursos, separação do lixo, reutilização de materiais, entre outras ações que, além de impactar em uma relação equilibrada dentro da escola para o meio ambiente, estas ações realizadas dentro do ambiente escolar poderão proporcionar uma mudança de comportamento nos alunos e seus familiares e certas ações como reciclagem, reutilização de materiais e separação poderão contribuir para manutenção de custos da instituição.

Diante da importância dessas discussões e considerando o capítulo VI, Art.225 da Constituição da República Federativa do Brasil:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações”.

Desenvolveu-se um estudo para o Centro de Educação Profissional – CEDUP de Joinville, respondendo a seguinte questão: quais são as ações voltadas à Educação Ambiental desenvolvidas pela gestão do Centro de Educação Profissional-CEDUP de Joinville?

O CEDUP é uma instituição que oferece Educação Profissional, permitindo ao cidadão o direito de desenvolvimento permanente de aptidões para o trabalho e convívio em sociedade. Entende-se que há um espaço que ainda não foi explorado nesse contexto dentro da instituição possuindo potencial para o desenvolvimento da educação ambiental como elemento para a gestão sustentável. Há que se considerar ainda, que a Instituição apresenta dificuldades financeiras e quaisquer estratégias estruturadas para auxiliar em melhorias



podem ajudar toda a comunidade interna e externa de seu entorno. Considera-se importante avaliar quais estratégias estruturadas vêm sendo desenvolvidas dentro da educação ambiental para que seja possível rever e aprofundar tais ações.

Assim, o estudo teve como objetivo analisar as ações voltadas a educação ambiental desenvolvidas pela Gestão do Centro de Educação Profissional-CEDUP de Joinville, tendo como referência a Política Nacional de Educação Ambiental.

De forma mais específica, buscou-se estabelecer um comparativo entre tais ações e o que preconiza a legislação ambiental.

Para atingir este objetivo, buscou-se subsídios em referenciais teóricos sobre o tema e realizou-se coleta de dados primários, conforme procedimentos metodológicos definidos no estudo.



## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste momento do estudo, a fundamentação tem por objetivo demonstrar os principais fundamentos da educação ambiental, e sua importância na gestão escolar. A partir disso, pode-se estabelecer a relação entre a educação ambiental e a sustentabilidade, tema comumente divulgado no meio das redes sociais e outros canais de comunicação.

Diante disso, foi necessário que houvesse um olhar mais crítico para o meio ambiente, a fim de preservar a natureza e começar a controlar a sua destruição contínua. Assim surgiu a Declaração da Conferência de ONU de 1972 em Estocolmo sobre o ambiente Humano que se mostra atenta à necessidade e preservar o meio ambiente.

Segundo Soares (2003) a Conferência de Estocolmo estimulou no Brasil a consciência ambiental desenvolvendo uma legislação interna, sendo estas novas preocupações consagradas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1986 em seu artigo 225, bem como pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1997, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação ambiental.

A Educação Ambiental pode ser uma forma de recurso do qual se pode instigar nas pessoas o interesse pela preservação do meio em que se vive e assim ter-se uma sustentabilidade mais adequada para todos. De acordo com OLI (2016), é necessário considerar que o meio ambiente não é fonte inesgotável de recursos, suas reservas são finitas e devem ser utilizadas de forma racional, evitando o desperdício e considerando a reciclagem como processo vital. Esses assuntos serão tratados no capítulo a seguir.

### **2.1 Educação Ambiental**

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, visa, dentre outros objetivos, a garantia de democratização das informações ambientais que nos levam a liberdade de organização para



que se possa ter reaproveitamento de tudo que se consome levando em consideração o consumo consciente e sustentável para uma gestão voltada a valores educacionais, ambientais e econômicos com resultados de sucesso.

A educação ambiental refere-se como pré-disposição à cidadania, sendo um processo contínuo que visa formar uma consciência ecológica e atuação de cada cidadão para a devida aplicação do conhecimento no dia-a-dia.

Entende-se por educação ambiental “[...] os processos por meio dos quais o indivíduo competências voltadas para conservação do ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e a sustentabilidade” (art. 1º da Lei n. 9.795/99). Ressalta-se que o Brasil é o único país da América Latina que possui uma política nacional específica para a Educação Ambiental.

“A Educação Ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores céticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. (SORRENTINO, 2005, p.288)”.

Percebe-se que a responsabilidade de gerar mudanças de atitudes em relação à preservação ambiental está na educação ambiental. E nesse sentido deve-se promover ações que possam desenvolver uma conscientização e conseqüentemente mudanças de atitudes para um mundo sustentável.

Pontim (2014) sugere que as questões ambientais sejam trabalhadas no espaço escolar de forma interdisciplinar no sentido que possa criar condições para o surgimento de debates críticos que apontem na direção de soluções para os problemas ambientais. Isso proporcionará que a escola se transforme numa instituição de ponta que poderá juntamente com outras instituições fazer a articulação dos movimentos ambientalistas que atualmente se encontram difusos.



De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, Art.225. inciso VI é necessário “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”(BRASIL, 1988, Art.225).

Se a gestão da escola sentir a responsabilidade de transformar a percepção de mundo que aqui está, poderá começar acreditando, tomando atitudes, investigando alternativas e buscando ideias de projetos.

Neste sentido, Pontim (2014, p. 109) se refere ao ensino do tema na educação:

“No campo da educação formal e informal, as prioridades seriam a reformulação dos conteúdos pedagógicos ou a introdução nos currículos de um curso específico multidisciplinar que envolva as “ciências ambientais”. Usando a comunicação de massa para divulgar ao grande público noções básicas de conservação ambiental seria possível mudar o enfoque da questão. Afinal, o conhecimento permite às pessoas intervirem de modo responsável sobre a própria realidade.”

O drama ambiental vivido pela humanidade, segundo Pontim (2014) está ligado às crises das cidades como: a falta de água, solo contaminado, stress do trânsito, falta de moradia, segurança e lazer. Estes são problemas presentes nos países do Primeiro Mundo, e nos demais países são alarmantes. O consumismo e a produção dos descartáveis transformaram a cidade numa fábrica de lixo. E neste contexto são poucas as cidades que assumem a pré-reciclagem ou a reciclagem propriamente dita como práticas efetivas para a solução do problema.

Nesse contexto, o meio escolar é o espaço social e o local onde poderá haver sequência ao processo de socialização. O que no ambiente escolar se faz se diz e se valoriza representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de indivíduos responsáveis. E para tal servirá como meio e instrumento que levará a uma prática mais consciente em busca do desenvolvimento sustentável, voltado à promoção de uma gestão inovadora capaz de promover resultados economicamente relevantes e positivos diante de uma gestão inovadora.





A escola deve ser um dos principais locais de disseminação de conhecimento sustentável. Uma vez que é a partir dos conhecimentos prévios dos alunos que permitiram que eles tenham uma análise crítica sobre a natureza e práticas corretas de sustentabilidade para o cuidado com o meio ambiente, no presente e no futuro do planeta.

A educação ambiental Crítica procura ampliar o olhar da população e propicia a reflexão dos papéis sociais de todos envolvidos no processo da crise ambiental. A população, através do olhar crítico é capaz de avaliar quais são os fatores que geram as crises ambientais. Os munícipes através dos ensinamentos adquiridos, conseguirão formar uma opinião firme, tornando a sua participação social mais ativa e atuante. Percebe-se que a educação ambiental Crítica tem como objetivo a introdução no processo educativo, favorecendo na transformação social, trazendo uma proposta de mudança de valores e política. Desta forma, na educação formal, esse processo educativo não ocorre apenas dentro do ambiente acadêmico, mas em um processo de troca de experiências e conhecimentos entre os órgãos municipais e a sociedade, estabelecendo um comportamento ecológico e ambiental consciente mediante ao problema das pragas urbanas. (GUIMARÃES, 2004, p. 03)

De acordo Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental em seu Art. 3º, o Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal deve promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Ainda, incumbem aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente, e às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e controle efetivo sobre o ambiente de trabalho. (BRASIL, 1999, Art.3)

Desta forma, Maia (2007, p. 79) cita que:

“a responsabilidade Social pode ser conceituada através da sua atuação, ou da forma inserida na sociedade, ou seja, a Responsabilidade Social é a maneira pela qual a sociedade, empresas, ONG's, Instituições e Governo, têm de desenvolver atitudes perante a comunidade a qual está inserida, com o intuito de alcançar o bem-estar social.”



Com a evolução constante e as inovações tecnológicas têm crescido muito o consumismo da sociedade por produtos relacionados aos eletrônicos em geral, proporcionado assim, avanços incríveis para a sociedade, dando mais conforto e qualidade de vida, o que tem facilitado dia após dia a sociedade, tornando-se essencial. Porém devido ao consumismo inconsciente e irresponsável da população tem trazido várias consequências negativas, com os rápidos descartes incorretos de eletrônicos em geral. Feitas tais considerações nos remete aos aspectos acerca das gestões sustentáveis no que tange às necessidades de projetos e conscientização da educação ambiental, elementos destacados no próximo tópico da pesquisa.

## **2.2 Gestão Sustentável**

Uma gestão sustentável é guiada pela ideia de harmonizar aspectos sociais, ambientais e econômicos de uma instituição, ou de uma sociedade, tomando parte na responsabilidade sobre os impactos das ações humanas para as próximas gerações. A gestão sustentável deve estar baseada na preocupação com o ambiente, com o social e com sua situação financeira. O aspecto ambiental tem por objetivo diminuir os impactos negativos, da instituição no meio ambiente.

É possível mesmo nos órgãos e escolas públicas aplicando-se atividades e políticas públicas econômicas, que correspondam à realidade da instituição. Mesmo que seja uma escola de ensino profissionalizante, necessário se faz estimular a proteção ao meio ambiente.

É crescente a preocupação em manter uma economia relevante que se adapte ao interesse em se manter as atividades no ensino profissionalizante, reduzindo custos e ao mesmo tempo atingindo a qualidade de todos os setores envolvidos, para realização de um bom trabalho educacional.

Leff (2001, p.61-62) afirma que a escola é um dos elementos para que educação ambiental se efetive, mas diz também que:

“Os princípios da gestão ambiental e de democracia participativa propõem a necessária transformação dos Estados nacionais e da ordem internacional para uma convergência dos interesses em conflito e dos objetivos comuns dos diferentes grupos e classes sociais em torno do desenvolvimento sustentável e da apropriação da natureza. O fortalecimento dos projetos de gestão ambiental local e das



comunidades de base está levando os governos federais e estaduais, como também intencionalmente e municipalidades, a instaurar procedimentos para dirimir pacificamente os interesses de diversos agentes econômicos e grupos de cidadãos na resolução de conflitos ambientais, através de um novo contrato social entre o Estado e a sociedade civil”.

Considerando, então, a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, a escola deverá oferecer métodos efetivos para a compreensão dos fenômenos naturais, as ações humanas e suas consequências para sua própria espécie, para os outros seres vivos e para o meio ambiente. É fundamental que cada pessoa desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a constituição de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável e acima de tudo sustentável.

Importante destacar os pressupostos para a sustentabilidade, que se constituem em: crescer sem destruir; indissociabilidade da problemática ambiental e social; diálogo entre a Agenda 21 brasileira e as atuais opções de desenvolvimento; especificidade da “Agenda Marrom”; inovação e disseminação das boas práticas; fortalecimento da democracia Gestão integrada e participativa; foco na ação local; mudança do enfoque das políticas de desenvolvimento e preservação ambiental, bem como a informação para a tomada de decisão (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2000).

A continuidade do processo de gestão sustentável deve ser persistente em suas ações ambientais e econômicas, para alcançar o objetivo traçado por uma gestão comprometida com todas as etapas do processo sustentável de qualidade que servirá de referência para gestões futuras.



### 3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente estudo foi apontado o aspecto de revisão de literatura, tendo em vista a abordagem descritiva, sendo necessário investigar quais os fatores que para a gestão escolar, alunos e funcionários evidenciam qualidade percebida. E, no entendimento de Vergara (2000, p. 47), “a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza”. A autora coloca também que a pesquisa não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Na pesquisa descritiva é realizado um estudo com base na coleta de dados, análise e interpretação dos mesmos.

O procedimento utilizado foi o estudo de caso, fato de a pesquisa estar inserida no contexto da instituição do CEDUP de Joinville e a pesquisadora estar vivenciando a realidade da mesma. Yin (2001, p. 32), “a investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado”.

Visando conhecer as ações desenvolvidas no CEDUP dentro da Educação ambiental, os seguintes instrumentos de coletas foram utilizados:

- Questionário aplicado ao Diretor Pedagógico da referida instituição, João Carlos Trinoski (QUADRO 1).
- Observação participante, segundo Gerhardt; Silveira (2009, p. 40). “este tipo de pesquisa caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas”. Na observação participante, o pesquisador faz parte do fenômeno observado (QUADRO 2).



A amostra para coleta e dados foi não probabilística por tipicidade, pois o entrevistado foi escolhido de acordo com a representatividade do cargo.

As questões desenvolvidas para a coleta de informações junto ao Diretor pedagógico buscaram investigar as ações da escola considerando a Política Nacional de educação ambiental que prevê o envolvimento e a promoção de processos pedagógicos que favoreçam a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a conquista da sustentabilidade socioambiental e a melhoria da qualidade de vida.

#### Quadro 1 – Formulário de Entrevista

##### GESTÃO

- 1 Dentro do projeto político pedagógico (PPP) é informado o planejamento de Gestão sustentável e educação ambiental?
- 2 O que a atual gestão da Escola entende por Educação Ambiental?
- 3 Como a gestão da escola relaciona Educação Ambiental com uma Gestão Sustentável?

##### PROGRAMAS E AÇÕES INTEGRADAS

- 4 Há grupos de trabalhos, comissões ou servidores designados na instituição para realizarem ações relacionadas a Educação Ambiental?
  - Há programas ou projetos de Educação Ambiental na escola envolvendo os servidores? Quais?
  - Há programas ou projetos de Educação Ambiental na escola envolvendo os alunos? Quais?
  - Há programas ou projetos de Educação Ambiental na escola envolvendo a comunidade externa? Quais?
  - E Como eles afetam a escola e a comunidade?



#### PROMOÇÃO/DIVULGAÇÃO

5 A Escola apresenta uma política para a promoção da Educação Ambiental, como: desenvolvimento de material, equipe de trabalho para ações contínuas...?

6 Se sim, ela é desenvolvida no âmbito dos currículos da instituição, englobando todos os cursos?

#### PREPARO DA EQUIPE

7 Há oferta de capacitações por parte do órgão gestor (Secretaria da Educação), aos servidores da escola, no que se refere a inclusão da Educação Ambiental as práticas pedagógicas?

#### DESAFIOS

8 Nesse contexto, quais os desafios encontrados pela gestão dessa escola para integrar a Educação Ambiental aos seus programas educacionais ?

Fonte: Lopes (2019).

#### Quadro 2 – Aspectos observados

Atividades desenvolvidas pela Gestão
Há programas ou projetos de Educação Ambiental na escola envolvendo os servidores? Como ocorrem?  Há programas ou projetos de Educação Ambiental na escola envolvendo os alunos? Como ocorrem?  Há programas ou projetos de Educação Ambiental na escola envolvendo a comunidade externa? Como ocorrem?
Como ocorre a promoção da Educação Ambiental: desenvolvimento de material, equipe de trabalho para ações contínuas.?



Como ocorrem as capacitações por parte do órgão gestor (Secretaria da Educação), aos servidores da escola, no que se refere a inclusão da Educação Ambiental as práticas pedagógicas?

Dificuldades encontrados pela gestão dessa escola para integrar a Educação Ambiental aos seus programas educacionais.

Fonte: Lopes (2019).

### 3.1 Coleta de dados

A entrevista com o Diretor foi realizada por meio de questionário enviado por e-mail obtendo-se as repostas às questões apresentadas anteriormente.

João Carlos Trisnoski, Diretor adjunto do CEDUP respondeu às questões tendo conhecimento de informações Gestão sustentável educação ambiental.

No entendimento da atual gestão da escola, educação ambiental está relacionada à reciclagem de lixo gerado e a realização de programas envolvendo alunos em projeto ambientais. Ao ser questionado quanto à relação da educação ambiental e sustentabilidade, o gestor cita como exemplo o reaproveitamento de tudo que é descartado nos laboratórios de ensino, como o cavaco gerado na oficina mecânica, que em seu descarte uma empresa responsável por este tipo de material faz a coleta.

Em relação a esse material cavaco gerado na oficina mecânica, ainda surgem dúvidas que poderiam ser observadas como possibilidade de ações sustentáveis: tem uma empresa específica para coleta desse material? E ainda em relação a esta questão tem algum retorno financeiro?

A escola possui projetos para atuar fortemente no segundo semestre de 2019 envolvendo alunos e professores, no entanto, no momento da realização desta pesquisa não



existe nenhum exemplo prático de programas ou projetos em educação ambiental implantados na escola, que envolva servidores e alunos.

No entanto, os alunos participam de algumas ações na feira de ciências da escola, e apresentaram projetos com temas relacionados à sustentabilidade de forma espontânea, não que estejam atrelados a um projeto de gestão da escola.

Segundo o Diretor, a instituição está analisando e pesquisando formas para implantar projetos mais sustentáveis e apresentar uma política para a promoção da educação ambiental. Com professores engajados num projeto de desenvolvimento de material, equipe de trabalho para ações contínuas, para está mais presente entre os profissionais e os alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional - EMIEP, mas há também a intenção de estender para os cursos técnicos da instituição.

Nos cursos técnicos de qualidade e segurança do trabalho há disciplinas relacionadas à sustentabilidade em sua grade curricular, as quais são: Sustentabilidade para o segundo módulo do curso de qualidade e no curso de segurança do trabalho gestão ambiental, ambas as disciplinas tem como plano de aula os conceitos da sustentabilidade, apresenta-se o tripé da sustentabilidade voltado ao ambiente corporativo, indicadores sustentáveis, análise de impactos ambientais, normas técnicas de gestão ambiental para empresas.

No momento a instituição não conta com a oferta de capacitações por parte do órgão gestor (Secretaria da Educação), aos servidores da escola, no que se referem à inclusão da Educação Ambiental as práticas pedagógicas e tem grandes desafios principalmente no que se refere a verbas, exemplo, aquisições de lixeiras padrão seguindo as cores para reciclagem.

### **3.2 Análise de dados**

Observa-se pela entrevista e no questionário aplicado, que na prática não existe projetos voltados a sustentáveis implantados na instituição escolar. Ainda estão na fase teórica, realizando reuniões e pesquisas, para pôr em prática.

Observa-se do questionário realizado com o diretor do CEDUP que a instituição ainda não está completamente engajada na política de educação ambiental, um dos fatores para tal





fato seria a falta de verba pública, a falta da elaboração de projetos concretos que envolva professores, gestores e alunos. Com efeito, no Artigo 3º do inciso I e II, da Lei 9795/93, anuncia que:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. (BRASIL, 1993, Art.3)

Foi possível identificar que existe a intenção em implantar na escola atividades mais sustentáveis, no entanto isso não está sendo realizado no momento. Nota-se que a direção da instituição não está engajada em implantar projetos sustentáveis no ambiente escolar nesse momento. O plano de trabalho da Gestão não está em consonância com das diretrizes da Educação Ambiental, as quais são implantar uma educação mais sustentável na instituição.

Ainda, não foi descrito pelo diretor quais projetos que estão em pauta para serem colocados em prática. Na observação participante foi percebida a necessidade de projetos que realmente atendam a educação ambiental da escola e que não contenham custos para a instituição para que nas próximas gerações tenham continuidade na prática. Também ocorrem atitudes como: desperdício de papel e comida/merenda, torneiras abertas nos banheiros e pias, desperdício de energia elétrica e destinação correta de resíduos; utilização de outros projetos de sustentabilidade para agregar-nos materiais já coletados, aumentando assim uma busca de bons exemplos que deram certo.

As Organizações Públicas devem criar projetos a ponto de diminuir os impactos provocados ao meio ambiente, sendo necessário tornar a inserção desses quesitos em suas pautas. Nesse contexto, formalizaram-se ações a serem colocadas em práticas e mudanças ocorridas nesse processo enfrentando as questões da sustentabilidade como desafios e ações educativas. A população que reside no entorno da Instituição CEDUP deve ser estimulada e



inserida no projeto para promover junto com funcionários e alunos mudanças comportamentais imediatas, como ter conhecimento e informações sobre reciclagem, economia com gastos de energia, água, entre outros.

A referida instituição atende alunos de baixa renda e possui muitas dificuldades financeiras. Tem como propósito oportunizar ao estudante o direito de desenvolver aptidões para o trabalho e convívio em sociedade. Conforme dados de 2017, o CEDUP oferta 11 cursos, atendendo em torno de 500 alunos, reforçando a necessidade de um projeto de gestão sustentável, tendo em vista a abrangência da instituição no município.

A proposta está em utilizar do pouco recurso que possui e transformar em reaproveitamento dentro de cada instituição. Um dos problemas atuais é o desperdício dos recursos naturais utilizados como exemplo recursos hídricos e energia, cabe também salientar material de escritório e reciclagem de lixo diverso. Tais recursos podem passar por processos de renovação possibilitando equilíbrio e um alinhamento de forma consciente preservando o ecossistema, reduzindo gasto com matéria-prima e compra de materiais desnecessários.

Inferese-se que a instituição ainda não promove de maneira integrada programas educacionais efetivos que envolvam a educação ambiental. Observa-se nas respostas do questionário que vai ser a partir do segundo semestre de 2019 que a instituição vai começar a implantar projetos educacionais ambientais.

Todavia, foi informado que o CEDUP promove ações sustentáveis; no mais, foi relatado que o tema dos projetos da última feira de ciência foi em relação a preservação do meio ambiente. Praticar algumas ações sustentáveis é um passo muito importante que a instituição está tendo, mas ainda não é o suficiente, pois essas ações ainda não são consideradas como uma educação ambiental efetiva. É necessário muito mais, como projetos contínuos, aulas sobre sustentabilidades, palestras, interação com ambiente natural.

No Brasil há uma grande necessidade de conscientização nas escolas desde os primórdios até o ensino superior, é preciso incluir uma disciplina específica de educação ambiental.



Na prática, existem diversas dificuldades na Educação Básica e no Ensino fundamental, e médio para a implementação da educação ambiental. É preciso incentivos do poder público para que ocorra a educação ambiental nas escolas, disponibilizando material para a realização de atividades, apoio dos governantes e órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente, para assim enfatizar e criar projetos nas escolas que visam à educação ambiental como forma de sustentabilidade.

Existe na instituição um exemplo de projeto ambiental sustentável, o qual ainda não é suficiente para a promoção da educação ambiental, mas está caminhando para ser o começo de um projeto. Um projeto no qual se refere a horta escolar tem como foco principal integrar as diversas fontes e recursos de aprendizagem, integrando ao dia a dia da escola gerando fonte de observação e pesquisa exigindo uma reflexão diária por parte dos educadores e educandos envolvidos.

O projeto Horta Escolar visou proporcionar possibilidades para o desenvolvimento de ações pedagógicas por permitir práticas em equipe explorando a multiplicidade das formas de aprender.

Entende-se que, somente por meio da educação ambiental é possível chegar ao patamar de sociedade extremamente preocupada em preservar o meio ambiente, uma sociedade completa, culturalmente, é necessária articulação de ações educativas, condições adequadas e capacitações aos educadores para que possam trabalhar temas e atividades de educação ambiental, de maneira que possibilite a conscientização dos alunos e desenvolva a crítica dos mesmos, gerando novos conceitos e valores sobre a natureza, contribuindo sempre para a preservação do meio ambiente.

### 3.2.1 Relação com o Projeto Político Pedagógico (PPP)

Considerando o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição, observa-se que no PPP não há menção de sobre gestão sustentável, e que deve ser analisado pela próxima gestão, com um olhar mais significativo na elaboração e formação de toda a equipe pertencente da gestão escolar, para se projetar e começar uma gestão sustentável atuante na instituição. Com



intuito de formar profissionais comprometidos com a melhoria da qualidade de vida, sustentabilidade e o progresso das organizações. Embora o item 2.1 do PPP aborde na missão a questão da sustentabilidade, observa-se que não há ações efetivas programadas, item 2.1 do Projeto Político Pedagógico.

Formar profissionais comprometidos com a melhoria da qualidade de vida, sustentabilidade e o progresso das organizações. (Projeto Político Pedagógico, 2018).

Ainda no item 2.5 apresenta-se no PPP que é necessário uma visão conjunta da natureza e do homem, implicando em ações que priorizam o trabalho coletivo.

O projeto não especifica o dever da Instituição em implantar e promover projetos mais sustentáveis, ou inserir na grade curricular matérias sobre sustentabilidade. Com tudo, nota-se no trecho do item 2.5 do PPP diz que o homem deve está em sintonia com a natureza, interpretando-se que o ser humano deve agir em conjunto com a natureza, para alcançar uma educação mais acessível para todos, formando, ainda, cidadãos mais conscientes, a fim de preservar as riquezas naturais para o futuro.

No item 2.6 do PPP, descreve-se que a instituição deve buscar de forma coletiva, diferentes formas para preservar o meio ambiente, condizentes com a evolução da sociedade, mantendo os valores éticos, morais e econômicos.

A lei 9.795, de 27 de Abril, 1999, deveria constar no PPP, assim, ficaria mais claro o dever da instituição em implantar projetos efetivos de sustentabilidade e a sua importância da efetiva inserção da educação ambiental na escola. A sustentabilidade almejada pelo referido diploma jurídico, segundo o Art. 3º da lei, deve ser buscada através do engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, determinando a lei, ações às instituições educativas, e aos demais órgãos públicos e privados do país. (BRASIL, 1999, Art.3)

Deve-se destacar a importância dos espaços escolares, para implantar projetos duradouros, e efetivos, para incluir a educação ambiental, expandindo-se para a sociedade



(espaços públicos e privados), atividades simples de sensibilização, começando com a reciclagem correta do ambiente escolar.

Observou-se, portanto, que o Projeto Político Pedagógico frente ao PPP atual não há ações programadas sobre a gestão sustentável e atualmente na Instituição não consta nada realizado sobre a gestão sustentável de acordo com a Lei citada acima.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No espaço escolar, existe a oportunidade de discutir de forma crítica as informações em relação à preservação ambiental, que são fornecidas diariamente pela mídia, para que se oportunize uma nova percepção contextualizada com o ensino-aprendizagem, que possibilite aos alunos a integração ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho.

Diante do exposto cabe elencar alguns problemas detectados conforme a pesquisa na escola: desperdício de energia elétrica; falta conscientização do uso da água; destinação incorreta de resíduos utilizada na cozinha de produtos orgânicos e não orgânicos; setor de ferramentaria utiliza óleo diesel para a fabricação das peças e depois esse óleo fica armazenado sem ter um destino certo para o descarte; não possui um plano para descarte de produtos eletrônicos; não contém lixeiras para a separação geral de todo o lixo utilizado pela escola de forma clara consciente.

Verifica-se por meio da observação participante que as respostas da entrevista realizada com o diretor adjunto, de que a instituição de ensino (CEDUP) já vem realizando algumas atividades sustentáveis, como reaproveitamento das sobras dos materiais utilizados pelos alunos nas oficinas. Ademais, o senhor João Carlos afirmou que os alunos participam de projetos sustentáveis. Por fim, relatou que no próximo semestre os professores da instituição estão se comprometendo com os alunos para o desenvolvimento de uma educação ambiental mais eficaz. O entrevistado frisou que a maior dificuldade para integrar a educação ambiental na instituição é a falta de verba. No entanto, a instituição de ensino está caminhando junto com professores e alunos para aplicar da melhor maneira a educação ambiental no local, a fim de colaborar para um futuro mais sustentável.

Observa-se ainda, da entrevista que a gestão existente, pretende identificar e investigar suas falhas para que se possa desenvolver um trabalho de gestão consciente e comprometido na inovação sustentável, que venha qualificar a nova forma de se administrar uma instituição pública.



Verificou-se que é necessário desenvolver e planejar atitudes e atividades a educação ambiental que possam ser aplicados de forma educativa e consciente, inovadora que se estenda por toda a escola e futuramente atingindo a comunidade ao seu redor.

Cita-se que o avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas trouxe inúmeros benefícios para o ser humano, dos quais, o principal refere-se à facilitação e aumento da produtividade do trabalho. Por serem vistas como movedoras do progresso, as inovações tecnológicas foram empregadas sem a devida atenção em seus possíveis efeitos prejudiciais, tanto ao homem e ao meio ambiente.

Assim, importante destacar a necessidade de diálogos e propostas para a melhoria do aspecto ambiental. Considerando a evolução da humanidade e o consumismo se faz necessário conscientizar nossos alunos e sociedade para o tratamento adequado dos resíduos evitando a contaminação do solo e do meio ambiente, evitando desperdícios desnecessários que as próximas gerações futuras possam sim ter uma vida com qualidade e consciência que tudo vem da natureza e se deve respeitar e zelar para um futuro equilibrado da nossa vivência nesse Planeta.

É preciso trabalhar pensando em inovar com a aplicabilidade de uma gestão sustentável para que a instituição não dependa só do governo, pois assim evitam-se gastos e contribui para que os gestores, alunos e a comunidade sejam mais conscientes, promovendo assim efeitos a longo prazo que podem ser o ponto referencial de uma nova era para preservar o meio ambiente. A conscientização a longo prazo deve ser algo muito bem planejado e estruturado com formas e estratégias adequadas para que o grupo se interesse em promover a redução ambiental, eliminando com atitudes básicas, formas naturais de reciclar, economia em gastos com energia elétrica, desperdício com água e cultivo de uma horta orgânica, fazendo a reciclagem correta de todo o lixo produzido para converter em ganhos que ajudarão a instituição economicamente.

É necessário realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, promovendo o intercâmbio entre o CEDUP e a comunidade, e contribuindo assim para um cotidiano participativo, democrático e saudável. Portanto, preservar o meio ambiente



também é uma forma dos órgãos públicos economizar e utilizar dos seus próprios recursos disponíveis.

Apesar de existir a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de educação ambiental, não há efetivamente o desenvolvimento de uma prática educativa que integre disciplinas, os professores não recebem estímulos, e a comunidade escolar bem como o poder público não dá o suporte que deveria.

Desta forma, deixando uma grande lacuna em relação ao tema sustentabilidade para os alunos, tornando-se apenas ouvintes e não praticantes, quando deveriam ser estimulados através de atividades e projetos a exercer essa consciência a partir de sua realidade e comunidade.

Por fim, com o estudo é percebido a necessidade de projetos ambientais nos âmbitos públicos tendo em vista a possibilidade de melhor abrangência em se tratando de sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Aspecto este elemento de grande preocupação no cenário globalizado.





## REFERÊNCIAS

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 3. ed. - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

ALMEIDA, Fernando. **Responsabilidade social e meio ambiente**/ Fernando Almeida – Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 7 ed., ver., ampl., e atual. Rio de Janeiro: Ed. Lumem Júris, 2004.

BARBIERI, José Carlos, **Gestão Ambiental Empresarial**; conceitos, Saraiva, 4 ed., 2015.  
BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 out. 2019.

BRASIL, **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em:  
<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed, São Paulo. Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Valter Soares. **Formação de professores: saberes, identidade e profissão**. Campinas, SP: Papirus, 2004

JAQUES, Fernanda Caroline. **Gestão ambiental** / Fernanda Caroline Jaques, Regiane Alice Brignoli Moraes, Vânia de Almeida Silva Machado, Tathiany Lucas Simão, Luciana Borba Benetti. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2014. p. 192.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MAIA, Paulo Leandro. **Introdução à Ética e Responsabilidade Social: Administração e Ciências Contábeis**. São Paulo: Leud, 2007.



\_\_\_\_\_. **Gestão por competências e sustentabilidade empresarial:** em busca de um quadro de análise. *Gestão e Sociedade*, v. 3, n. 6, p. 254- 287, 2010.

OLI, Agostinho Oli Koppe Pereira/Cleide Calgaro/ Henrique Mioranza Koppe Pereira . **O consumo na sociedade moderna:** consequências jurídicas e ambientais, Caxias do Sul, RS : Educs, 2016.

PONTIM, J. A. **Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação.** São Paulo: Atual, 2014.  
ROESCH, S.M.A.;met al.**Projetos de estágio e de pesquisa em administração:** guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOARES, Guido Fernando Silva. **A proteção internacional do meio ambiente.** Barueri, SP: Manole, 2003.

SORRENTINO, Marcos et. al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa.** São Paulo. v. 31 n. 2 p. 285-299. 2008.